



Política Internacional em 2025: Fatos Marcantes e Impactos nos Países Lusófonos

José Manuel Diogo

Diretor da Câmara de Comércio e Indústria luso-brasileira



Introdução e Contexto Geral

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas intensas e mudanças significativas na liderança mundial. Conflitos persistentes e realinhamentos estratégicos redefiniram alianças, enquanto desafios globais como a crise climática e a inflação exigiram coordenação internacional. Nesta análise, um jornalista investigativo especializado em cenários explora os 10 factos e personalidades mais relevantes da política internacional em 2025, com foco nas suas conexões e impactos sobre os países de língua oficial portuguesa (Brasil, Portugal e as nações africanas lusófonas e Timor-Leste). Em seguida, são identificados eventos confirmados para 2026 – como eleições e cimeiras – e cenários hipotéticos plausíveis, distinguindo tendências já em curso de possíveis surpresas. A estrutura lógica e referenciada visa oferecer uma compreensão estratégica do presente e do futuro próximo, do ponto de vista dos interesses e desafios do mundo lusófono.



Principais Fatos e Personalidades de 2025

1. Guerra na Ucrânia e Realinhamentos Geopolíticos

O conflito na Ucrânia, deflagrado pela invasão russa em 2022, manteve-se em 2025 como a principal crise de segurança internacional, provocando um realinhamento de alianças e efeitos económicos globais. O presidente ucraniano **Volodymyr Zelensky** emergiu como símbolo da resistência, enquanto o presidente russo **Vladimir Putin** endureceu a retórica antiocidente. A guerra intensificou a rivalidade Leste-Oeste e afetou diretamente os países lusófonos: Portugal alinou-se com a NATO e a UE no apoio firme a Kiev, participando em sanções e fornecendo ajuda militar (tanques, munições e treino de militares ucranianos). Em 2025, Portugal comprometeu-se com **226 milhões de euros** em apoio militar à Ucrânia, incluindo veículos blindados e helicópteros, reforçando a capacidade de defesa ucraniana.

Posição Brasileira

Brasil, por sua vez, adotou uma posição diplomática ambígua: sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, condenou a violação da soberania ucraniana, mas absteve-se de sancionar a Rússia, posicionando-se como potencial mediador do conflito. Lula insistiu na necessidade de negociar a paz, criticando os gastos astronómicos com armamentos em detrimento do investimento social.

Impacto em África

Angola e Moçambique, com históricos de relações tanto com a Rússia quanto com o Ocidente, buscaram equilíbrio – por exemplo, Angola votou em certas resoluções da ONU a favor da integridade territorial da Ucrânia, mas evitou romper laços com Moscovo.

Uma consequência notável da guerra foi a alta do preço do petróleo em 2022-2023, que beneficiou exportadores como Angola. O crude angolano manteve-se acima de 80 dólares em média, gerando receitas extraordinárias e excedentes orçamentais. O boom petrolífero permitiu a Luanda reduzir dívida pública e investir em projetos sociais, embora também tenha alimentado a inflação global que afetou negativamente países importadores de energia e alimentos, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Assim, a guerra na Ucrânia em 2025 consolidou Zelensky e Putin como protagonistas globais antagónicos e reconfigurou a ordem económica, com impactos mistos para o mundo lusófono (vantagens para uns, pressões para outros).

2. Mudança de Liderança nos EUA – Donald Trump de Volta

A política internacional de 2025 foi profundamente influenciada pela mudança no comando dos Estados Unidos. Após a surpreendente vitória de **Donald Trump** nas eleições de novembro de 2024, tornando-se apenas o segundo presidente norte-americano da história a regressar ao poder após derrota (o primeiro foi Grover Cleveland), o início de 2025 trouxe uma guinada na diplomacia dos EUA. A nova administração republicana adotou um tom nacionalista e confrontacional, divergindo em vários pontos do governo anterior de Joe Biden.

America First

Trump mostrou ceticismo em relação ao multilateralismo e privilegia arranjos "America First", o que já se refletiu na cimeira do G20 de 2025 em Joanesburgo: os EUA boicotaram reuniões preparatórias e fizeram-se representar abaixo do nível de chefe de Estado.

Impacto em Portugal

Portugal, aliado tradicional dos EUA, observou com preocupação a erosão do compromisso norte-americano com a NATO e a segurança europeia.

Relações com Brasil

O Brasil viu enfraquecer a cooperação em clima e Amazónia que Lula cultivara com Biden em 2023. Trump deu prioridade a relações bilaterais comerciais duras.

Além disso, Trump deu prioridade a relações bilaterais comerciais duras – pressionando por acordos favoráveis a Washington – e reverteu iniciativas de aproximação com Cuba e África feitas pelo governo anterior, o que afetou Angola e Moçambique (ambas de olho em investimentos americanos). Por outro lado, a postura anti-China de Trump intensificou a disputa tecnológica e económica com Pequim, abrindo espaço para Brasil e Angola navegarem entre as duas potências. Com Donald Trump novamente no centro do palco mundial, 2025 testemunhou uma diplomacia americana imprevisível, obrigando os países lusófonos a recalibrar estratégias numa ordem menos coordenada e potencialmente mais polarizada.

3. Ascensão da China e Parcerias Estratégicas

Xi Jinping consolidou-se em 2025 como líder influente de uma China cada vez mais assertiva na cena internacional. Pequim expandiu seu alcance económico através da Iniciativa Faixa e Rota (Belt and Road), intensificando investimentos em infraestrutura e energia em vários continentes – inclusive em países africanos lusófonos. Angola e Moçambique fortaleceram parcerias com a China: Angola, maior produtor de petróleo lusófono, continuou a exportar petróleo massivamente para o mercado chinês, enquanto procurou atrair capital chinês para diversificar a economia (mineração, agricultura e telecomunicações). Moçambique, por sua vez, contou com financiamentos chineses para projetos de estradas e habitação, e beneficiou da cooperação na exploração do gás natural.

- ❏ **Corredor do Lobito:** Angola mostrou interesse em não ficar dependente de um só parceiro, tendo inclusive preterido uma proposta chinesa em favor de um consórcio ocidental para o desenvolvimento do importante Corredor do Lobito – projeto ferroviário que ligará o interior mineral rico da África Central ao Atlântico. Esta decisão indicou uma estratégia angolana de manter relações pragmáticas quer com a China quer com o Ocidente, maximizando benefícios.

No panorama global, a influência chinesa suscitou tensões geopolíticas: os EUA buscaram conter a penetração tecnológica da China (por exemplo, restringindo o 5G da Huawei – medida acompanhada por Portugal em sintonia com a UE), enquanto a UE lançou a iniciativa Global Gateway para oferecer alternativas a projetos chineses em África, tendo Angola como parceiro preferencial na área de energia verde e minerais críticos. Em resumo, Xi Jinping e a China em 2025 representaram tanto oportunidades quanto desafios para o mundo lusófono: oportunidades de investimento e comércio, e desafios no equilíbrio diplomático em meio à nova Guerra Fria sino-americana. O Brasil, membro do BRICS e grande exportador de commodities para a China, manteve laços estreitos com Pequim – Lula visitou Xangai e Pequim em 2025, buscando investimentos e apoio para reindustrialização – mas procurou preservar autonomia estratégica, evitando alinhar-se completamente a qualquer dos lados. Com isso, os países lusófonos tentaram capitalizar a ascensão chinesa sem comprometer relações com os demais parceiros, num delicado exercício de equilíbrio multipolar.

4. Conflito Israel–Palestina e Dinâmicas no Médio Oriente

A escalada de violência entre Israel e grupos palestinos (nomeadamente o Hamas em Gaza) em fins de 2023 prolongou-se em 2024-2025, mantendo o Médio Oriente como foco de instabilidade internacional.

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, conduziu operações militares prolongadas em Gaza após os ataques terroristas do Hamas, suscitando condenação global pelos impactos humanitários. **Mahmoud Abbas** e outras lideranças palestinas apelaram por negociações de paz, mas o impasse persistiu.

Posição dos EUA	Posição Europeia	Posição Brasileira
Os EUA, sob Trump, reforçaram apoio irrestrito a Israel.	Potências europeias como Portugal equilibraram a defesa do direito de Israel à segurança com apelos ao respeito pelo direito internacional humanitário.	O Brasil apresentou resolução pedindo cessar-fogo e auxílio humanitário, refletindo tradição diplomática de equilíbrio e defesa da paz.

Portugal, seguindo a posição da UE, condenou atos terroristas do Hamas mas defendeu pausas humanitárias para assistência à população civil em Gaza. No Conselho de Segurança da ONU, o Brasil – que ocupou assento rotativo em 2023-24 – teve papel ativo: em outubro de 2023, apresentou uma resolução pedindo cessar-fogo e auxílio humanitário, refletindo a tradição diplomática brasileira de equilíbrio e defesa da paz. A proposta foi vetada pelos EUA, ilustrando a dificuldade em obter consenso internacional sobre o tema. Em 2025, Lula da Silva manteve essa linha, chegando a criticar a inação coletiva e sugerindo reformas na ONU para melhor representar os interesses de todos, incluindo Palestina.

Para os países lusófonos, os desdobramentos no Médio Oriente tiveram impactos económicos e sociais tangíveis. A incerteza geopolítica alimentou picos nos preços do petróleo no final de 2023 (devido a riscos de alastramento do conflito), o que beneficiou Angola e Guiné Equatorial com receitas petrolíferas adicionais. Porém, a volatilidade encareceu combustíveis e fertilizantes importados, afetando negativamente economias frágeis como Guiné-Bissau e Moçambique, dependentes de importações. Além disso, a continuação da guerra em Gaza exacerbou a crise de refugiados no Mediterrâneo, levando Portugal a participar em programas europeus de acolhimento de refugiados sírios e palestinos, e agravou tensões diplomáticas globais – contexto no qual **António Guterres**, Secretário-Geral da ONU e ele próprio lusófono, apelou repetidamente por um "cessar da hostilidades imediatas" em Gaza, advertindo que "nenhum conflito justifica a destruição de civis inocentes" (conforme seus discursos em outubro de 2023). Em suma, o Médio Oriente conturbado permaneceu em 2025 um barómetro da (in)capacidade internacional de resolver conflitos antigos, repercutindo também nas prioridades de política externa dos países de língua portuguesa, divididos entre solidariedade humanitária e realpolitik energética.

5. Crise Climática e Liderança Ambiental (COP30 no Brasil)

A urgência das mudanças climáticas e a transição energética tornaram-se ainda mais centrais na agenda global em 2025. Eventos extremos – secas severas no sul de Angola e Moçambique, inundações em partes do Brasil e tempestades tropicais no Atlântico – sublinharam a vulnerabilidade dos países lusófonos aos efeitos do aquecimento global. Nesse cenário, **António Guterres**, Secretário-Geral da ONU, emergiu como voz moral no combate à crise climática: em diversas ocasiões alertou que o mundo enfrentava um "Código Vermelho para a Humanidade", instando governos a abandonar combustíveis fósseis e a cumprir metas do Acordo de Paris.

1

COP30 em Belém

Conferência da ONU sobre o Clima realizada em Belém, na Amazônia brasileira, em Novembro de 2025. Esta cimeira, sediada pela primeira vez num estado amazónico, deu protagonismo ao Brasil de Lula da Silva como líder ambiental.

2

Redução do Desmatamento

Lula aproveitou a COP30 para mostrar os avanços do seu governo na redução do desmatamento da Amazônia (as taxas de derrube florestal caíram significativamente em 2023-2024 após picos históricos no governo anterior).

3

Justiça Climática

O Brasil articulou uma posição conjunta com países da Bacia Amazónica e da África lusófona demandando financiamento climático robusto dos países ricos, incluindo compensações por perdas e danos climáticos.

4

Fundo de Perdas e Danos

Durante 2025, finalmente operacionalizou-se o Fundo de Perdas e Danos acordado no ano anterior, com contribuições iniciais da UE e do Canadá, beneficiando nações vulneráveis.

Portugal alinhou-se aos objetivos climáticos europeus, mas enfrentou os seus próprios desafios – a Comissão Europeia levou Portugal ao Tribunal de Justiça da UE por falhar metas de conservação, ilustrando dificuldades internas em conciliar crescimento económico e proteção ambiental. Em Angola e Moçambique, a descoberta de novos recursos fósseis (petróleo e gás) gerou dilemas: por um lado, são oportunidades de desenvolvimento; por outro, conflitam com a necessária descarbonização global. A resposta tem sido apostar no gás natural como "combustível de transição" e simultaneamente investir em energias renováveis (parques solares em Angola, projetos hidroelétricos em Moçambique). A liderança ambiental lusófona também se manifestou através de figuras como Graça Machel (moçambicana, ativista em questões de justiça climática) e do próprio Lula, que na abertura da COP30 declarou: *"o Brasil está de volta ao esforço global pelo clima, para salvar as florestas e as pessoas"*. Em síntese, 2025 consolidou o eixo lusófono como participante ativo no enfrentamento da crise climática – da esfera diplomática, com Guterres e Lula, à implementação local, com iniciativas de energia limpa em Portugal, Brasil e África – reconhecendo-se que a segurança climática é indissociável do desenvolvimento sustentável dessas nações.

6. Expansão dos BRICS e Cooperação Sul-Sul

O ano de 2025 testemunhou um reforço da cooperação entre potências emergentes e países em desenvolvimento, simbolizado pela expansão do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Na cimeira de Joanesburgo de 2023, decidira-se convidar novos membros, e em Janeiro de 2025 formalizou-se a entrada de países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irão, Etiópia e (apesar de dúvidas iniciais) Argentina. Este alargamento – por vezes referido como **"BRICS+"** – transformou o grupo numa plataforma ainda mais representativa do Sul Global, agregando economias que juntas representam mais de 40% da população e um peso económico crescente.

O1

Expansão do Bloco

Formalização da entrada de novos membros em Janeiro de 2025, incluindo Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irão, Etiópia e Argentina.

O2

Discussões sobre Moedas Alternativas

Sob a presidência sul-africana em 2025, os BRICS avançaram discussões sobre moedas alternativas ao dólar no comércio internacional.

O3

Novo Banco de Desenvolvimento

O NBD dos BRICS, sediado em Xangai sob a presidência da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, aprovou novos financiamentos para infraestruturas sustentáveis em África.

O4

Interesse Lusófono

Angola manifestou desejo de adesão ao BRICS, participou ativamente como observador e poderá beneficiar de linhas de crédito do NBD para projetos de energia e transporte.

Lula da Silva, estadista sénior do grupo, foi um dos entusiastas da expansão, vendo nela a chance de os BRICS atuarem como contrapeso à ordem dominada pelo G7 e de promover reformas em instituições como o Conselho de Segurança da ONU e o sistema financeiro internacional. Países lusófonos mostraram interesse: Angola, que manifestara desejo de adesão ao BRICS, participou ativamente como observador e poderá beneficiar de linhas de crédito do NBD para projetos de energia e transporte. Moçambique e outros africanos lusófonos veem nos BRICS oportunidades de investimento sem as condicionalidades típicas ocidentais – por exemplo, financiamento chinês e indiano para indústrias de processamento de recursos naturais. Entretanto, a coesão do bloco foi desafiada pelas divergências internas (Índia e China têm rivalidades próprias) e pelo contexto global: a guerra na Ucrânia expôs fissuras, com Brasil e África do Sul procurando mediar, enquanto China e Índia mantiveram compras de energia russa, e Rússia continuou isolada pelo Ocidente. Apesar disso, 2025 consolidou a ideia de um mundo multipolar, em que fóruns como os BRICS ganham protagonismo. Para o Brasil, foi uma chance de retomar liderança regional e global – Lula articulou a criação de um "clube da paz" para a Ucrânia envolvendo BRICS e outros países neutros, embora sem sucesso imediato. Para Portugal, membro da UE e NATO, a ascensão dos BRICS é observada com cautela mas também como oportunidade – empresas portuguesas buscaram negócios nas economias BRICS em expansão (p.ex., construção civil na África do Sul, tecnologia agrícola na Índia). Assim, a expansão do BRICS em 2025 – impulsionada por personalidades como Lula, Xi Jinping, Narendra Modi e Cyril Ramaphosa – simbolizou a crescente autonomia do Sul Global, com impactos potenciais positivos para os países lusófonos ao abrir alternativas de parceria e financiamento fora dos eixos tradicionais.

7. Instabilidade e Integração em África

O continente africano viveu em 2025 um duplo movimento: por um lado, golpes de Estado e conflitos persistentes abalaram partes da região; por outro, avançaram esforços de integração e soluções africanas para problemas africanos. No lado da instabilidade, a chamada "cintura de golpes" na África Ocidental francófona – Mali, Burkina Faso, Guiné e Níger sofreram rupturas institucionais desde 2021 – teve desdobramentos preocupantes: esses regimes militares estreitaram laços com atores como o grupo Wagner e expulsaram missões da ONU e da França, gerando tensão regional.

Desafios de Segurança

- Guiné-Bissau manteve-se em alerta dado seu histórico de golpes
- Moçambique: conflito insurgente em Cabo Delgado ainda demandava atenção
- Graças à ajuda militar do Ruanda e da SADC, a situação melhorou em 2025

Liderança Regional

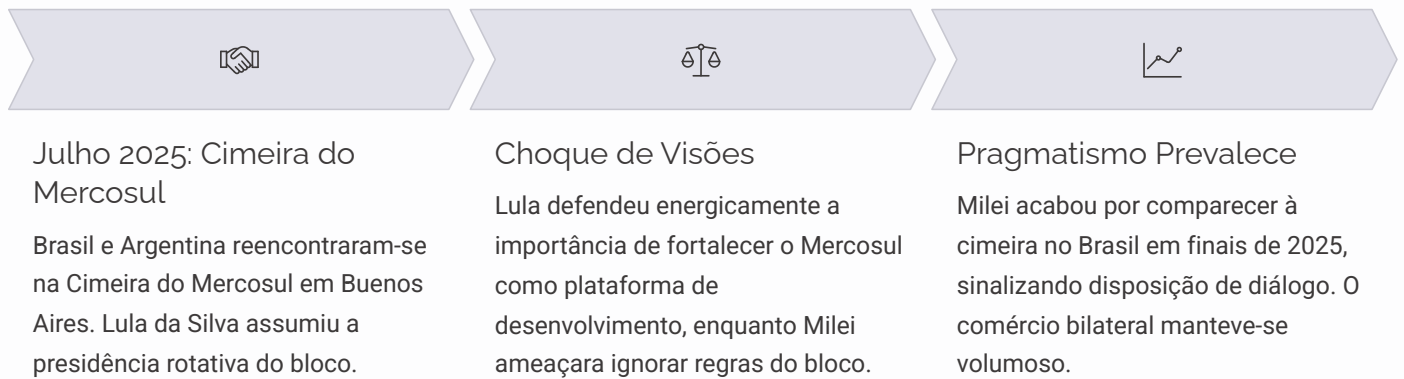
- Angola, sob João Lourenço, emergiu como ator de estabilidade regional
- Luanda mediou conversações de paz na vizinha República Democrática do Congo
- Presidiu a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos

Embora nenhum país lusófono tenha sido diretamente atingido nessa vaga recente, a Guiné-Bissau manteve-se em alerta dado seu histórico de golpes; a estabilidade precária pós-eleições de 2023 continuou sob risco devido a rivalidades políticas internas e tráfico de droga na região. Em Moçambique, o conflito insurgente em Cabo Delgado (extremistas islâmicos) ainda demandava atenção: graças à ajuda militar do Ruanda e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a situação melhorou em 2025, permitindo à petrolífera Total preparar a retoma do megaprojeto de gás natural suspenso desde 2021. Já Angola, sob João Lourenço, emergiu como ator de estabilidade regional – Luanda mediou conversações de paz na vizinha República Democrática do Congo, buscando resolver a crise entre o governo congolês e rebeldes apoiados pelo Ruanda, e presidiu a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos. Lourenço defendeu o multilateralismo e a reforma da ONU para dar voz à África, posicionando Angola como potência média emergente no continente.

Paralelamente, houve avanços integracionistas: a União Africana conquistou um assento permanente no G20 em 2023, e em 2025 desempenhou um papel ativo nesse fórum (com Senegal e África do Sul representando as aspirações africanas de desenvolvimento). A implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) ganhou tração – embora desafios logísticos persistam, alguns países lusófonos começaram a usufruir de tarifas reduzidas no comércio intra-africano (Angola expandiu exportações agrícolas aos vizinhos; Moçambique aumentou vendas de cimento e cerveja ao Malawi e Tanzânia). A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) também deu passos de integração: acordos de mobilidade facilitaram vistos e reconhecimento de qualificações entre os membros, e em 2025 Cabo Verde e Portugal implementaram um regime pioneiro de livre circulação para cidadãos CPLP, abrindo portas para trabalhadores lusófonos migrarem legalmente. Em síntese, África em 2025 apresentou dois rostos – conflito e cooperação. Personalidades como Assimi Goïta (líder militar do Mali) encarnaram a turbulência institucional, enquanto figuras lusófonas como Omar Sissoco Embaló (na presidência da CEDEAO até 2024) representaram esforços de solução africana. No balanço, os países africanos de língua portuguesa tiveram de reforçar resiliência interna – investindo em desenvolvimento humano para prevenir radicalização e instabilidade – ao mesmo tempo que aproveitaram as oportunidades da integração continental e da solidariedade lusófona para promover crescimento económico e influência política.

8. Transformações na América Latina – Lula vs. Milei e os Rumos do Mercosul

A política latino-americana viu mudanças dramáticas em 2025 que repercutiram sobre o Brasil e, por extensão, nos diálogos transatlânticos com Portugal. A mais notável foi a ascensão de **Javier Milei** na Argentina. Eleito presidente em finais de 2023 com um discurso ultraliberal e anti-sistema, Milei trouxe uma agenda radical: prometeu dolarizar a economia argentina e rompeu alinhamentos tradicionais, criticando duramente parceiros regionais. Em dezembro de 2024, a sua posse criou apreensão em Brasília – Lula não compareceu à cerimónia, sinal de distanciamento inicial.



Porém, em Julho de 2025, Brasil e Argentina reencontraram-se na Cimeira do Mercosul em Buenos Aires. Lula da Silva assumiu a presidência rotativa do bloco e, frente a frente com Milei, defendeu energicamente a importância de fortalecer o Mercosul como plataforma de desenvolvimento. Lula rebateu a retórica de Milei (que na abertura da cimeira ameaçara ignorar regras do Mercosul caso não fossem flexibilizadas) afirmando que a união aduaneira protege as economias sul-americanas de guerras comerciais e oferece escala para negociar com potências globais. O choque de visões foi patente: enquanto Milei prega o livre mercado irrestrito e chegou a cogitar retirar a Argentina do Mercosul, Lula aposta no multilateralismo regional, buscando inclusive acelerar a conclusão do acordo de livre-comércio Mercosul–União Europeia até ao final de 2025. A UE por sua vez (com forte apoio de Portugal, tradicional ponte com o Brasil) mostrou-se aberta a avançar o acordo, mas exigiu compromissos ambientais adicionais – um ponto sensível dado o agronegócio brasileiro e as posições céticas de Milei sobre mudanças climáticas.

Apesar das tensões, o pragmatismo prevaleceu: Milei acabou por comparecer à cimeira no Brasil em finais de 2025, sinalizando disposição de diálogo, e o comércio bilateral Brasil-Argentina manteve-se volumoso (mais de US\$ 17,5 mil milhões entre jan e maio de 2025). Noutras partes da América Latina, 2025 consolidou uma tendência pendular: depois de uma "onda rosa" de governos de esquerda (México, Colômbia, Chile, etc.), emergiram novas lideranças de direita ou populistas. No Equador, a vitória de um candidato conservador em 2025 apontou para políticas pró-mercado; no México, a sucessão de AMLO foi acompanhada de perto por Brasília e Lisboa pela relevância económica mexicana. O panorama exigiu do Brasil habilidosa diplomacia para manter a coesão sul-americana – Lula retomou a UNASUL e impulsionou projetos de integração física (infraestrutura fronteira, corredor bioceânico). Para os países lusófonos, estes movimentos importam: o Mercosul robustecido que Lula defende interessa a Portugal e à UE pelo potencial acordo comercial, e a estabilidade/regresso da prosperidade na Argentina é crucial para o Mercosul não retroceder. Além disso, as afinidades ideológicas entre governos podem afetar cooperação Sul-Sul mais ampla – por exemplo, Angola e Moçambique historicamente têm laços com partidos latino-americanos de esquerda no poder (como o PT de Lula), relações estas que poderiam esfriar caso a região mude de cor política. Em suma, a disputa de narrativas entre Lula e Milei em 2025 personificou o rumo incerto da integração latino-americana: de um lado, integração solidária com preocupações sociais; do outro, individualismo de mercado e afastamento. Para já, a visão de Lula prevaleceu no Mercosul, garantindo sua continuidade, mas o cenário de 2026 permanece em aberto, dependendo do êxito económico de cada modelo e das escolhas dos eleitores nos próximos pleitos regionais.

9. Crise do Multilateralismo e o Papel da ONU (António Guterres)

A ordem internacional baseada em instituições multilaterais enfrentou em 2025 um de seus momentos mais desafiadores desde a Guerra Fria. O Conselho de Segurança da ONU permaneceu paralisado em questões centrais – não conseguiu aprovar resoluções substantivas sobre a Ucrânia (devido aos vetos russo e chinês) nem sobre Gaza (veto dos EUA) – gerando frustração generalizada. **António Guterres**, no último ano completo de seu mandato como Secretário-Geral, tornou-se uma voz franca sobre as limitações do sistema atual.

"O multilateralismo está num ponto de rutura" – António Guterres clamou por reformas: propôs a inclusão de novas potências emergentes no Conselho de Segurança e defendeu mudanças nas regras de veto para evitar o bloqueio completo de ações humanitárias.

Em discursos memoráveis, Guterres alertou que "o multilateralismo está num ponto de rutura" e clamou por reformas: propôs a inclusão de novas potências emergentes no Conselho de Segurança e defendeu mudanças nas regras de veto para evitar o bloqueio completo de ações humanitárias. Guterres também patrocinou a ideia de um "Novo Pacto Financeiro Global" – articulada inicialmente pela França e países em desenvolvimento – visando reformar o Banco Mundial e o FMI para melhor atender às necessidades dos países vulneráveis (muitos africanos lusófonos inclusos). Sob sua liderança, a ONU obteve um feito importante em 2025: a organização conseguiu mediar um cessar-fogo na longa guerra civil da Etiópia (não lusófona, mas relevante regionalmente), demonstrando que a diplomacia multilateral ainda pode ter êxitos pontuais.



Personalidades Lusófonas em Postos Internacionais

António Guterres (Secretário-Geral da ONU), António Costa (Presidente do Conselho Europeu), Dilma Rousseff (Presidente do Banco dos BRICS), Ilan Goldfajn (Presidente do BID), Cristina Duarte (Subsecretária-Geral da ONU), Graça Machel (enviada especial da ONU), Mário Centeno (Governador do Banco de Portugal e membro do BCE) e Vera Daves de Sousa (ex-ministra das Finanças de Angola, com atuação em fóruns do FMI e Banco Mundial).



Cooperação CPLP

Portugal e Brasil coordenaram posições na ONU em temas como direitos humanos e missões de paz; a CPLP obteve em 2025 o status de observadora da União Africana.



Reforma das Instituições

Brasil e Angola reiteraram sua reivindicação a assentos permanentes num Conselho de Segurança reformado.

Contudo, de modo geral, as grandes potências tendiam a contornar as instituições: os EUA e a China intensificaram disputas comerciais via ações unilaterais, a Rússia engajou-se sobretudo via formatos alternativos (como o grupo Astana para a Síria, excluindo a ONU), e mesmo organizações económicas como a OMC continuaram enfraquecidas (o órgão de apelação segue inoperante). Nesse contexto, países de língua portuguesa moveram-se para reforçar sua cooperação mútua e influência: Portugal e Brasil coordenaram posições na ONU em temas como direitos humanos e missões de paz; a CPLP obteve em 2025 o status de observadora da União Africana, ampliando sua voz. Além disso, personalidades lusófonas em postos internacionais ganharam destaque: além de Guterres na ONU, o brasileiro Ilan Goldfajn presidiu o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e contribuiu para pacotes de ajuda financeira a países latino-americanos, enquanto o moçambicano Máximo Dias foi eleito para o Comité Consultivo da FAO, levando preocupações da agricultura africana. A partir da perspetiva de países como Brasil e Angola, o enfraquecimento do multilateralismo clássico significou a necessidade de diversificar parcerias (daí o foco nos BRICS, G20 e cooperação Sul-Sul) e, simultaneamente, insistir na reforma das instituições – ambos países reiteraram sua reivindicação a assentos permanentes num Conselho de Segurança reformado. António Guterres, a personalidade lusófona de mais alto perfil global, manteve até o fim de 2025 o apelo à consciência internacional, enfatizando que desafios transnacionais – de pandemias à crise climática, da regulação da inteligência artificial aos fluxos migratórios – só terão solução efetiva por meio de uma governança global cooperativa. Sua atuação, mesmo diante de grandes obstáculos, evidenciou a importância de persistir no ideal multilateral, ainda que adaptado aos novos equilíbrios de poder.

10. Desafios Económicos Globais e Tensões Comerciais

Em 2025, a economia mundial navegou entre a retoma pós-pandemia e novas turbulências financeiras, com implicações diretas para os países lusófonos. A inflação global, que atingira picos em 2022, deu sinais de moderação em economias avançadas (EUA e zona euro), mas permaneceu acima das metas, levando bancos centrais a manter juros elevados. Esta política de aperto monetário encareceu o custo da dívida para países emergentes e em desenvolvimento – um problema grave para economias lusófonas altamente endividadas. Moçambique e São Tomé e Príncipe enfrentaram pressões na gestão da dívida pública, enquanto Angola, apesar da folga temporária proporcionada pelas receitas do petróleo, viu o serviço da dívida subir com a apreciação do dólar.



Commodities em Alta

Metais críticos para tecnologia (lítio, cobalto) continuaram em alta demanda – Angola e Brasil, com reservas relevantes de minerais para baterias, atraíram investimentos.



Nearshoring

A relocação de produção europeia beneficiou setores industriais portugueses (como o têxtil e calçado).



Diversificação Energética

Novo acordo Portugal-Nigéria para GNL, reduzindo a dependência do gás russo.



Segurança Alimentar

O preço internacional de alimentos básicos estabilizou após a volatilidade extrema de 2022, graças à adaptação dos mercados.

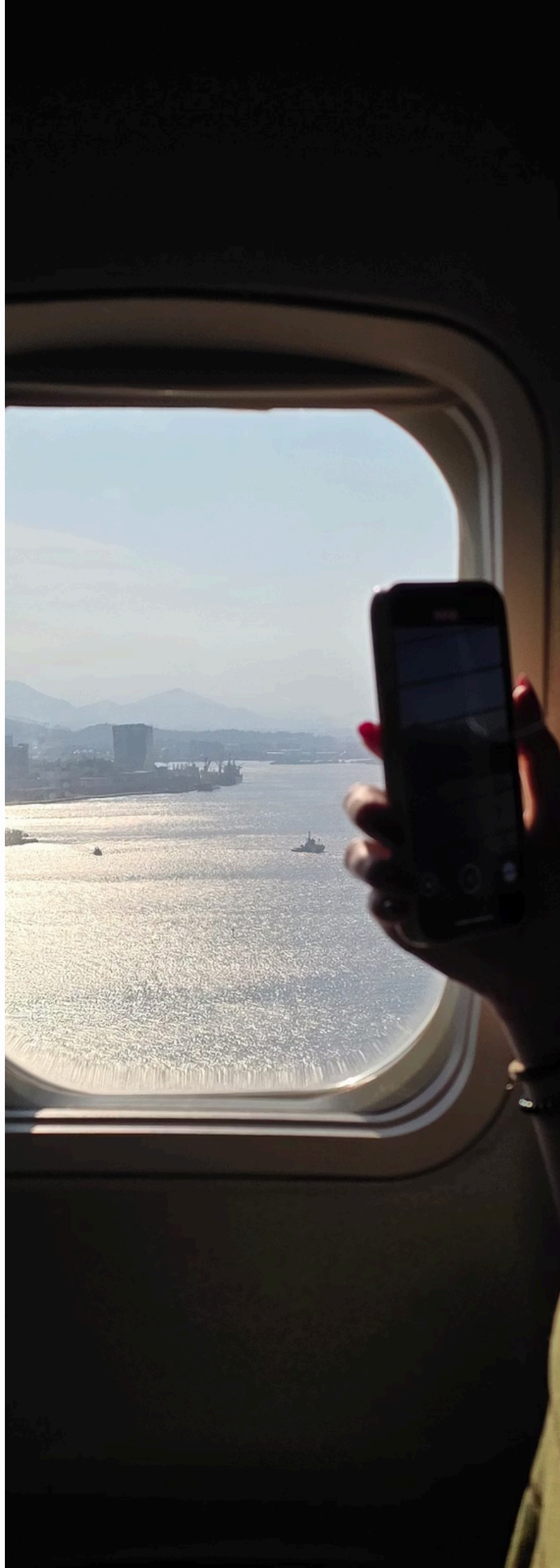
O risco de uma crise de dívida soberana em cascata nos mercados emergentes foi tema do G20, que em 2025 tentou operacionalizar o "Common Framework" para reestruturação de dívidas, embora com progressos limitados. No comércio internacional, as tensões sino-americanas e a guerra na Ucrânia fragmentaram cadeias de abastecimento. Países como Portugal sentiram tanto desafios quanto oportunidades: por um lado, empresas portuguesas sofreram com os custos de energia e matérias-primas; por outro, a relocação ("nearshoring") de produção europeia beneficiou setores industriais portugueses (como o têxtil e calçado), e a diversificação de fornecedores de gás na Europa levou a um novo acordo Portugal-Nigéria para GNL, reduzindo a dependência do gás russo.

O mercado de commodities viu oscilações: metais críticos para tecnologia (lítio, cobalto) continuaram em alta demanda – Angola e Brasil, com reservas relevantes de minerais para baterias, atraíram investimentos (a australiana Rio Tinto iniciou exploração de lítio em Minas Gerais; Angola firmou parceria com empresas alemãs para mapear terras raras). Por outro lado, o preço internacional de alimentos básicos estabilizou após a volatilidade extrema de 2022, graças à adaptação dos mercados à ausência prolongada de cereais ucranianos. Países importadores líquidos de alimentos, como Cabo Verde, tiveram algum alívio inflacionário, embora a insegurança alimentar ainda ameaçasse populações vulneráveis (em 2025, a FAO incluiu Moçambique numa lista de nações necessitadas de assistência alimentar devido à seca no sul do país). Personalidades económicas também marcaram 2025: **Christine Lagarde** liderou o BCE na difícil tarefa de combater a inflação sem estagnar a economia europeia; **Jerome Powell**, à frente do Fed, geriu pressões políticas do novo governo Trump para afrouxar a política monetária – um embate entre objetivos económicos internos e estabilidade global. No mundo lusófono, **Fernando Haddad**, ministro da Fazenda do Brasil, ganhou atenção ao conciliar responsabilidade fiscal com agenda social, enquanto o Banco Central de Angola seguiu uma política prudente que ajudou a estabilizar o kwanza após anos de volatilidade. Adicionalmente, 2025 foi o ano em que a revolução digital e a inteligência artificial (IA) começaram a transformar mercados de trabalho – Portugal lançou uma estratégia nacional de IA, e o Brasil sediou uma conferência internacional sobre regulação de algoritmos em parceria com a UNESCO. Essas iniciativas refletem a compreensão de que a competitividade futura dos países lusófonos dependerá de incorporar tecnologia e inovação, ao mesmo tempo que mitigam riscos (como desinformação e ciberataques). Em suma, no tabuleiro económico de 2025, fatos e tendências económicas exigiram constante adaptação: políticas macroprudenciais para lidar com a incerteza financeira, diversificação comercial para escapar a choques, e cooperação internacional – inclusive lusófona – para garantir que as economias emergentes tenham voz na definição das regras do jogo global.

Olhando para o Futuro

Perspectivas para 2026 – Eventos Confirmados e Cenários Possíveis

Após um 2025 tão movimentado, o ano de 2026 perfila-se igualmente crucial. Há eventos já calendarizados que certamente terão impacto geopolítico e económico sobre os países lusófonos, e também desenvolvimentos potenciais – cenários hipotéticos porém plausíveis – que exigem preparação. Abaixo, diferenciamos essas duas categorias, entre factos certos e tendências possíveis:



Eventos Confirmados em 2026

1

Eleições Gerais no Brasil (Outubro 2026)

O Brasil vai às urnas a 4 de outubro para eleger presidente, governadores e legisladores, uma decisão crítica para o rumo político do país e da América Latina. A disputa poderá opor um candidato governista de centro-esquerda a um nome de direita, influenciando políticas ambientais, integração regional (Mercosul) e relações Sul-Norte. A eleição é relevante para Portugal e a UE, dado o acordo Mercosul-UE. Observadores internacionais acompanharão o processo para garantir transparência. A transição de poder será determinante para estratégias de investimento em setores-chave.

2

Eleições Presidenciais em Portugal (Janeiro 2026)

Em 18 de janeiro, Portugal elege o sucessor do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que conclui seu segundo mandato. Com um número recorde de candidatos, o resultado poderá exigir uma segunda volta. O novo Presidente influenciará o tom político e a política externa portuguesa, embora o cargo seja sobretudo moderador. Espera-se continuidade no compromisso com a UE, NATO e CPLP, mas a personalidade do novo chefe de Estado afetará o grau de engajamento lusófono e a ênfase em temas como migrações e clima. A tomada de posse está prevista para março de 2026.

3

Outras Eleições nos Países Lusófonos

Cabo Verde terá eleições legislativas, com impacto em políticas de turismo sustentável e transição energética. Em **Guiné-Bissau**, eleições presidenciais são esperadas até o início de 2026, com uma transição pacífica sendo crucial para a consolidação democrática. Em **Angola**, o IX Congresso do MPLA (Dezembro 2026) definirá o novo líder do partido governante e potencial candidato presidencial. **Moçambique** iniciará a segunda metade do mandato do novo presidente, Daniel Chapo, com foco na melhoria económica e paz duradoura no norte.

4

Cimeira do G20 em Miami (Dezembro 2026)

Os EUA acolherão a Cimeira do G20 em Miami, Flórida, de 14 a 15 de dezembro de 2026, durante o 250º aniversário da independência americana e sob a liderança de Donald Trump. Espera-se uma mudança de prioridades na agenda, com temas preferidos de Trump como comércio e imigração. A eficácia do G20 pode ser testada, mas potências médias como o Brasil poderão influenciar resultados. Portugal participará indiretamente via UE, e países africanos lusófonos através da União Africana. Temas de interesse lusófono incluem acordos de infraestrutura, dívida de países pobres e segurança alimentar.

5

Outros Eventos Multilaterais Programados

Em setembro de 2026, a **Assembleia Geral da ONU** poderá incluir a seleção do próximo Secretário-Geral, com o término do mandato de António Guterres. A **COP31 sobre o Clima** dará seguimento aos compromissos ambientais, e o Processo de Revisão do Pacto de Migração da ONU interessará a Portugal e ao Brasil. O **Campeonato do Mundo de Futebol de 2026** na América do Norte terá dimensões geopolíticas sutis. Além disso, os programas de desenvolvimento e memória histórica lançados nos 50 anos da Independência de Angola e Moçambique em 2025 continuarão a ter efeitos em 2026, reforçando identidades nacionais e influenciando o discurso político.

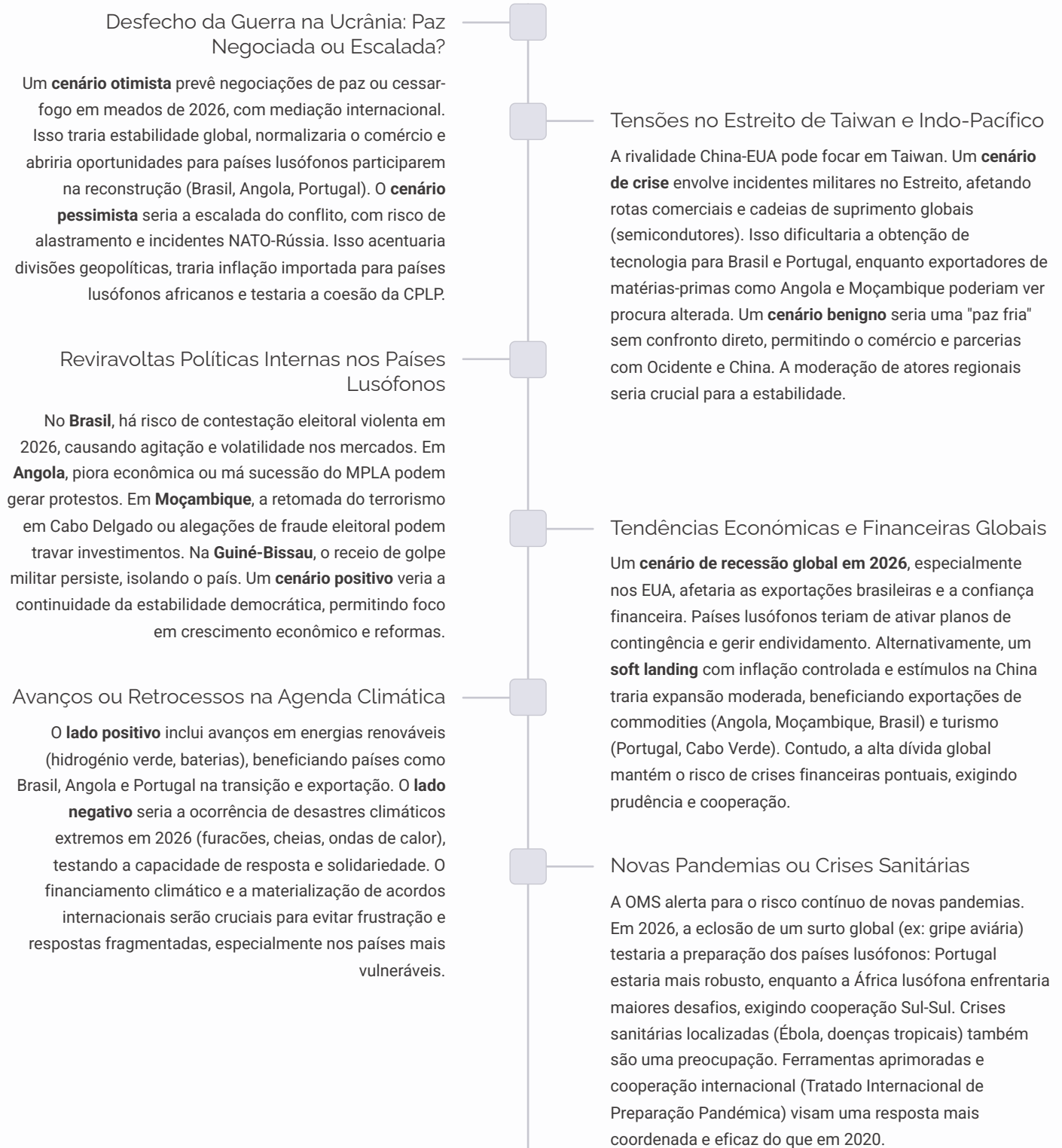
Cenários Hipotéticos e Tendências para 2026

Após analisar os fatos marcantes de 2025 e os eventos confirmados para o próximo ano, este capítulo se aprofunda nas possíveis trajetórias que a política internacional pode seguir em 2026. Exploraremos as forças motrizes por trás das dinâmicas geopolíticas, econômicas e sociais em curso, projetando como elas poderão remodelar as relações globais e, especificamente, as esferas de influência dos países lusófonos.

Através de uma análise prospectiva, buscaremos identificar os desafios emergentes e as oportunidades estratégicas, oferecendo uma visão antecipada dos rumos que o cenário mundial poderá tomar. Compreender essas tendências é crucial para navegar um ambiente internacional cada vez mais complexo e interconectado.



Cenários Hipotéticos e Tendências para 2026



Em conclusão, 2026 se apresenta como um ano de potenciais mudanças e riscos. Os países lusófonos, com sua distribuição global, estarão no centro de muitos desenvolvimentos. A capacidade de antecipar cenários, fortalecer a coordenação interna e na CPLP, e responder com resiliência será determinante para aproveitar oportunidades e mitigar ameaças. Conhecer esses futuros alternativos é o primeiro passo para o mundo lusófono enfrentar os desafios e buscar o desenvolvimento sustentável.

Nota Final

As referências acima seguem o estilo ABNT adaptado, indicando autor/órgão, título, fonte e data. Foram incluídas apenas fontes confiáveis e verificáveis, que fundamentam os dados e citações apresentados nesta análise.

Esta análise foi elaborada com rigor jornalístico e metodologia de planeamento de cenários, visando oferecer aos países lusófonos uma compreensão estratégica dos desafios e oportunidades que moldarão o futuro próximo da política internacional.

Referências Bibliográficas

1. 270toWin – Eleição EUA 2024: Donald J. Trump vence com 312 votos eleitorais; Joe Biden retira-se da corrida (Resultados e contexto da eleição presidencial dos EUA de 2024).
2. Opinião – Jornal O País (Angola): "Vantagens e desvantagens da guerra na Ucrânia para Angola" – Paulo dos Santos (24/02/2023). Analisa impacto do conflito Rússia-Ucrânia na economia angolana (alta do petróleo, desafios inflacionários).
3. United24 Media: "Portugal to Provide \$245 Million in Military Aid to Ukraine in 2025" (10/03/2025). Detalha compromisso português de apoio militar à Ucrânia, incluindo equipamentos fornecidos.
4. Portal Planalto (Brasil): "Lula enfatiza posição do Brasil de atuar pela paz entre Rússia e Ucrânia" – Entrevista de Lula em Moscovo (Publicado em 10/05/2025). Lula condena ocupação territorial e defende negociação multilateral para fim da guerra.
5. IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr: "Sonhos de uma potência média: a geopolítica da ascensão de Angola" – Análise de 09/12/2025. Explora papel diplomático de Angola, relações com UE (Global Gateway) e competição EUA-China em África.
6. CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil: "Brasil assume presidência do Mercosul, e Lula rebate Milei: 'precisamos fortalecer o bloco'" – Livi Bruna (03/07/2025). Cobre cimeira do Mercosul em Buenos Aires, embate retórico Lula vs. Milei sobre regras do bloco e objetivo de acordo Mercosul-UE.
7. Ifri – Institut français des relations internationales: "Brazil One Year Away from the October 2026 General Elections" – Jean-Louis Martin (23/10/2025). Sumário informativo destacando data das eleições gerais brasileiras de 2026 e a realização da COP30 no Brasil.
8. Wikipédia (pt): "Eleições presidenciais portuguesas de 2026". Confirma data da eleição (18/01/2026) e eventual segunda volta a 8/02/2026. Lista candidatos e contexto constitucional (fim do mandato de Marcelo R. de Sousa).
9. Atlantic Council: "After a lackluster G20 in South Africa, Trump can take the group 'back to basics' in 2026" – Hung Tran (25/11/2025). Descreve ausência dos EUA na cimeira do G20 2025 e perspetivas para presidência americana do G20 em 2026 (incluindo cimeira em Miami).
10. AIM News / VOA Português: Cobertura Eleitoral Moçambique 2024. Resultado oficial: candidato da FRELIMO (Daniel Chapo) vencedor com ~65%. Confirma transição política em Moçambique anterior a 2025.

Ficha Técnica

Este estudo procurou desvendar as complexas teias da política internacional em 2025, analisando eventos marcantes e projetando seus impactos sobre o diversificado universo dos países lusófonos.

A análise de cenários, metodologia central deste trabalho, visa munir decisores e observadores com as ferramentas necessárias para compreender as diversas trajetórias futuras e, assim, informar ações estratégicas no presente. Que este documento sirva como um guia para reflexão e ação, contribuindo para que os países lusófonos possam não apenas reagir aos ventos da mudança, mas também moldá-los em seu próprio benefício e no da comunidade internacional.

